

Educar na e para a Diversidade

Autores:

Rosângelica Sanchez Gutiérrez

Professora de Educação Especial da Universidad Pedagógica Nacional “Francisco Morazán” (UPNFM). Tegucigalpa, Francisco Morazan (FM), Honduras. Mestranda em Educação Especial e Inclusiva no Contexto Amazônico

Flávia Cristina Milon do Nascimento

Pedagoga, Mestranda em Educação Especial e Inclusiva no Contexto Amazônico, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), especialista Neuropsicopedagogia e novas aprendizagens. Professora da Secretaria Municipal de Educação

Giglianne de Oliveira

Licenciada em Educação Física, Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Lúcio Fernandes Ferreira

Doutor em Educação Física, professor permanente da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF/UFAM) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM)

Cleverton José Farias de Souza

Doutor em Educação Física, professor permanente da FEFF/UFAM, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM)

DOI: 10.58203/Licuri.20896

Como citar este capítulo:

GUTIÉRREZ, Rosângelica Sanchez et al. Educar na e para a Diversidade. In: FEITOZA, Denise Magalhães Azevedo (Org.). **Pesquisas e saberes em Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 75-86.

ISBN: 978-65-85562-08-9

Resumo

Este capítulo apresenta o significado de educar na e para a diversidade a partir das novas propostas que este termo vem alcançando nos últimos tempos, e enfatizando a perspectiva da educação inclusiva. Esse novo enfoque defende que a escola seja para todos, que nenhum aluno, sejam quais forem suas particularidades, seja excluído da escola regular. Da mesma forma, define-se o conceito de inclusão, suas características e os princípios que o sustentam. Abordamos a importância de fazer as adaptações curriculares necessárias para cada aluno e assim evitar a reprovação ou evasão escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Escola para todos. Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente uma série de mudanças importantes e significativas quanto ao conceito, termos e características das pessoas que tradicionalmente fazem parte da educação especial. Conceitos, termos e características que obviamente estiveram ligados à religião, ideologias políticas, fatores sociais, culturais e econômicos. Todas essas perspectivas levaram ao fato de que o termo diversidade é amplamente utilizado hoje, esse termo visa acabar com a discriminação, bem como abrir uma perspectiva ampla e rica em relação ao ser diferente. Sem dúvida, apenas produzir mudanças no vocabulário e nas expressões não é a única coisa que devemos fazer. O importante em todo esse processo de transformação é que haja mudanças de pensamento e atitudes,

Assim, fica cada vez mais clara a necessidade de cada aluno receber uma educação de qualidade voltada para o atendimento de suas necessidades individuais. Objetivo que coincide plenamente com o propósito da educação inclusiva, pois busca que a diversidade existente entre os membros de uma classe receba uma educação de acordo com suas características, ao mesmo tempo em que aumenta as possibilidades de aprendizagem para todos (Daniels e Garner, 1999; Stainback Stainback e Moravec, 1999).

A filosofia da inclusão defende uma educação efetiva para todos, sustentando que os centros educacionais (infraestrutura), a comunidade educativa (professores), devem atender às necessidades de todos os alunos, quaisquer que sejam suas particularidades (com ou sem deficiência, transtorno, etc.) pessoais, psicológicas ou social. Trata-se de estabelecer as raízes para que a escola consiga educar com sucesso a diversidade de seus alunos e colaborar com a eliminação da desigualdade generalizada e da injustiça social (Howe, 1996; Lee, 1996; Kerzner Lipsky e Gartner, 1996). Desta forma, a educação inclusiva enfatiza a necessidade de avançar para outras formas de ação, em oposição às práticas que têm caracterizado a integração escolar. Os educadores que arriscaram educar com sucesso crianças com deficiência dentro da estrutura da educação geral sabem e argumentam que esses alunos “são um presente para a reforma educacional” (Villa e Mil, 1995). São alunos que obrigam a quebrar o paradigma da escolarização tradicional e obrigam a experimentar novas formas de ensinar.

DIVERSIDADE E IGUALDADE NA EDUCAÇÃO

A diversidade é uma condição inerente ao ser humano. Baseiam-se no respeito pelas diferenças individuais e levam-nas em consideração na aprendizagem. Portanto, no processo de ensino-aprendizagem, veremos que os alunos apresentam diversidade de ideias, experiências e atitudes prévias, pois cada pessoa diante de um novo conhecimento possui alguns registros anteriores diferentes; diversidade de estilos de aprendizagem, provocada pelas diferentes formas de aprender, quer se trate de estilos de pensamento (indução, dedução, pensamento crítico), estratégias de aprendizagem, relações de comunicação estabelecidas (trabalho cooperativo, individual) e procedimentos linguísticos que melhor dominam; diversidade de ritmos, cada pessoa precisa de tempo para assimilar os conhecimentos adquiridos; diversidade de interesses, motivações e expectativas, em termos de conteúdo e métodos; e a diversidade de capacidades e taxas de desenvolvimento (Arnaiz e Haro de, 1997).

Devido à reflexão realizada nos últimos anos sobre o que é, e o que implica atender à diversidade, verificou-se a necessidade de dar resposta a outras diversidades (culturais, linguísticas, entre outras) presentes na sociedade e conseqüentemente, nas escolas. . Tudo isso representa o caráter dinâmico e aberto que sustenta o conceito de diversidade, e procura responder às necessidades que os sujeitos apresentam em decorrência de suas diferenças.

Educar para este pluralismo implica educar para a igualdade, respeito pelo outro, pelo diferente, por outra origem cultural, falar outra língua, praticar religião ou não, sofrer de deficiência física ou mental e sofrer rejeição por viver em situação de pobreza e marginalização . social (Amorós e Pérez, 1993). Para desenvolver esta abordagem pedagógica de aceitação e respeito pelas diferenças, o centro educacional como um todo deve considerar e definir suas convicções sociais, culturais e pedagógicas, ou seja, deve saber quais são seus valores e objetivos, a fim de desenvolver uma proposta de link para dar uma resposta que atenda a essas diversidades.

Falar de diversidade significa considerar uma série de indicadores altamente diversos, como sociais, familiares, culturais, de gênero, de origem intra ou interpsicológica, e vinculados a necessidades educacionais especiais associadas a algum tipo de deficiência ou superdotação. (Marchesi e Martin, 1998). Fatores que podem ser

combinados entre si e que exigem uma resposta educacional comum em resposta à diversidade dos alunos.

DIVERSIDADE SOCIAL

Pertencer a uma determinada classe social terá grande influência sobre seus membros em alguns aspectos como; o acesso aos estudos, a organização dos processos de ensino-aprendizagem que se realizam segundo o centro educativo frequentado e os resultados acadêmicos obtidos. A interpretação de cada um desses fatores caracterizou diferentes modelos de resposta educacional nas últimas décadas. Desta forma, o modelo do déficit cultural aparece ligado à desvantagem social e defende que os alunos nesta situação provêm de famílias ou grupos sociais que vivem em situação de discriminação econômica ou marginalização social; portanto, desde o nascimento exposto a normas, linguagens, valores, a falta de estímulos e experiências e expectativas que determinam situações de desvantagem em relação aos seus pares. Com o fim de diminuir esta situação, a resposta educativa se centra no programas compensatórios desde a educação infantil, cuja instrução se caracteriza pela utilização da linguagem, experiências, valores e expectativas da classe média, com objetivo de “compensar” seu déficit cultural e ajudá-los “adaptar” melhor para as demandas dos centros educacionais.

Por outro lado, o modelo das diferenças culturais típico de grupos étnicos minoritários ou das classes sociais mais baixas (normas, valores, sistemas de crenças e estilos de comportamento) e tenta chamar a atenção para o pouco reconhecimento que lhes é dado nas escolas. Fato que está diretamente relacionado ao maior fracasso escolar que grupos minoritários ou de classes sociais mais baixas apresentam em relação aos grupos majoritários, e que mostra a desarticulação entre a cultura escolar e a cultura desses grupos, acarretando menor rendimento e maior risco de reprovação fora da escola para esses alunos. Sem dúvida, o funcionamento do sistema educacional contribui para isso.

Os alunos em risco de reprovação constituem outro modelo de desvantagem social. O *Centro de Pesquisa e Inovação Educacional OCDE-CERI* (1995), aponta sete situações de risco que podem atuar de forma individual ou interativa e ocasionar o insucesso escolar nos alunos que dele sofrem: pobreza, pertencer a uma minoria étnica, famílias imigrantes,

pais solteiros, sem habitação adequada ou não relacionada com a escola, pouco conhecimento da língua majoritária, tipo de escola e condições de ensino, geografia e factores comunitários (falta de apoio social e condições de lazer). As manifestações mais importantes da conjunção desses fatores são, por exemplo, baixo desempenho escolar, baixa satisfação ou autoestima, falta de participação, rejeição à escola, faltas, abandono, problemas de comportamento e delinquência.

No entanto, este modelo sofre uma série de críticas baseadas na maior responsabilidade que atribui aos fatores de risco social, esquecendo-se dos centros educativos quando, como expressa o OCDE-CERI (1995, 18), ambos estão localizados no mesmo nível de influência: os alunos em risco de reprovação são aqueles "cujos problemas de aprendizagem e adaptação têm origem em fatores que se encontram no meio social que, ao longo do tempo, podem tornar-se cumulativamente variáveis internas ao rapaz e à rapariga, associadas a dificuldades de aprendizagem e de adaptação escolar e ao seu currículo e em última instância, às demandas normalmente aceites da sociedade".

Por fim, o modelo interativo combina as contribuições dos modelos anteriores, harmonizando as inter-relações que podem ser estabelecidas entre classe social, família, educação e indivíduo. Desta forma, status social, cultura e economia são considerados fatores de influência interativa nas possibilidades educacionais de qualquer aluno. No entanto, este modelo considera que apesar do peso e possível influência de cada um deles, as condições adversas de um aluno não determinam negativamente o seu futuro, mas existem outras variáveis como a reação desta pessoa ao seu meio familiar e a resposta educacional dos centros educacionais às demandas desse aluno. Isso explica porque a classe social não produz os mesmos afetos em todos os seus membros.

DIVERSIDADE DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS ASSOCIADAS A DEFICIÊNCIA E/OU SUPERDOTAÇÃO

O novo conceito de necessidades educativas especiais que surgiu no Relatório Warnock (1978). Abriu um novo olhar sobre as pessoas com algum tipo de deficiência, pois desloca o foco de atenção do indivíduo, visto como portador ou portador de um transtorno, para a interação educativa. A partir desta consideração, o nível de desenvolvimento e

aprendizagem de cada pessoa não depende apenas da sua capacidade e natureza, mas também das experiências de aprendizagem que recebe.

As Necessidades Educativas Especiais (NEE), associadas à deficiência, referem-se àqueles alunos que enfrentam o processo de ensino-aprendizagem com limitações sensoriais ou cognitivas ou dificuldades de aprendizagem. Essas necessidades podem ser aumentadas ou diminuídas dependendo do modelo de ensino que é implementado nos centros educacionais, pois é muito importante considerar suas experiências anteriores, o tipo de currículo elaborado ou sua dificuldade em incorporar o ritmo de aprendizagem estabelecido. A partir dessa concepção mais ampla, muitos alunos com necessidades educativas especiais podem encontrar-se nesta situação devido à sua formação cultural, ao seu meio social ou às suas experiências educativas.

Os alunos com Altas Habilidades/Superdotação também fazem parte do público alvo da educação especial e são definidos como “Pessoas que possuem grande facilidade de aprendizagem, tendo como característica marcante, a rapidez da aprendizagem em sua área de interesse” (BRASIL, 2001, p.41).

Para Renzulli (1978) os alunos com necessidades educativas especiais associadas à superdotação são aqueles cujas características decorrem de uma capacidade intelectual superior, elevada criatividade e elevado grau de motivação e dedicação às tarefas. Estes alunos requerem uma resposta educativa específica que organize situações de aprendizagem adequadas a essas necessidades através de alterações curriculares.

De acordo com Prieto (1997), Tradicionalmente, a resposta educativa que tem sido dada a estes alunos tem-se centrado em três estratégias de atenção à diversidade: aceleração, que consiste em colocar o aluno sobredotado num lugar ou nível mais avançado do que aquele que lhe corresponderia devido à sua idade ; agrupamento total ou parcial refere-se à colocação do aluno superdotado com colegas de níveis e competências semelhantes aos seus; enriquecimento baseado na adequação do currículo para trabalhar objetivos adequados aos seus recursos intelectuais, integrados e partilhados em atividades e espaços integrados e partilhados em atividades e espaços com os seus pares.

Diante de tais considerações, pode-se afirmar que, se as diferenças humanas são inerentes ao desenvolvimento, a ação educativa requer considerar todas essas individualidades a partir de uma abordagem global, onde os processos de ensino-

aprendizagem sejam personalizados. É aqui que surge o conceito de educar na e para a diversidade, bem como o conceito de compreender, (Puigdemívil, 1998)

Assim, a integralidade é definida com base em elementos como:

1. Atenção a todos os alunos de acordo com suas características pessoais, sem distinção de qualquer tipo (limitações físicas ou mentais, nível cultural ou econômico, origem, sexo, religião,).
2. A mesma e única resposta curricular para todos os alunos.
3. A garantia do direito à educação para todos os indivíduos da sociedade.
4. A conquista de uma formação cultural comum necessária para funcionar normalmente na vida.

Enquanto a diversidade encontra sua definição nos seguintes critérios:

1. O direito do aluno a ser considerado de acordo com as suas experiências e conhecimentos anteriores, estilos de aprendizagem, interesses, motivações, expectativas, capacidades específicas e ritmos de trabalho.
2. O empoderamento de indivíduos diferenciados com características pessoais enriquecedoras de uma sociedade ampla e múltipla.
3. Atenção aberta e flexível em diferentes níveis, tanto em referência ao próprio centro quanto aos alunos considerados individualmente.
4. O alargamento do apoio a todos os tipos de alunos que, de forma permanente ou pontual, requeiram uma atenção complementar à ação educativa considerada para a generalidade dos alunos.

Consequentemente, educar na e para a diversidade é um conceito construído sobre ideais filosóficos de liberdade, justiça, igualdade e dignidade humana, que deve constar dos documentos institucionais que regem a vida do centro educativo, não como documento administrativo ou decreto e burocracia, mas porque representa a opinião consensual de um grupo de pessoas que chegaram a essa posição de forma colaborativa. É um processo no qual toda a comunidade educativa deve estar empenhada (professores, mães, pais, alunos, autoridades, etc.), pois não implica desenvolver processos de ensino-aprendizagem mecanicistas e técnicos, mas tendo em conta as questões sociais, a idiosincrasias de cada grupo e até mesmo a própria biografia, circunstâncias e características dos alunos menos favorecidos dentro do grupo.

Algumas definições do significado que diferentes autores têm dado ao fato de educar na e para a diversidade:

Educar na e para a diversidade é um importante desafio do sistema educacional formal (Bernal Guerrero, 1998).

Refere-se a um amplo e dinâmico processo de construção e reconstrução do conhecimento que surge da interação entre diferentes pessoas em termos de valores, ideias, percepções e interesses, habilidades, estilos cognitivos e de aprendizagem, etc., que favorece a construção consciente e autônoma, de formas pessoais de identidade e pensamento, e que oferece estratégias e procedimentos educativos diversificados e flexíveis (ensino-aprendizagem) com o duplo propósito de responder a uma realidade heterogênea e contribuir para a melhoria e enriquecimento das condições sociais e das relações sociais e culturais (Jiménez e Vilà, 1999).

É um processo de ensino-aprendizagem baseado no pluralismo democrático, na tolerância e na aceitação da diferença, através do qual se procura promover o desenvolvimento e amadurecimento pessoal de todos os sujeitos. Uma educação baseada nos direitos humanos, no máximo respeito pelas diferenças, na superação de barreiras e na abertura à globalidade como resposta ao tipo de homem e sociedade hoje necessitados. Consequentemente, estamos pensando em abandonar o modelo estagnado associado à deficiência e focado no déficit, cujas práticas educacionais são gerenciais e burocráticas, para entrar em uma ideologia liberal, defensora de processos de redistribuição social e humana. (Saez, 1997).

Não significa adotar medidas especiais para alunos problemáticos, mas sim adotar um modelo de desenvolvimento curricular que facilite a aprendizagem do aluno em sua diversidade. Também não é uma questão de quantidade, mas de qualidade; uma atitude e uma convicção cultural e não um recurso técnico, o que exige um ensino diferenciado para cada um. (Diez e Huete, 1997).

Educar na diversidade significa exercer os princípios de igualdade e equidade a que todos os seres humanos têm direito, o que leva ao desenvolvimento de novas estratégias de ensino-aprendizagem que personalizem o ensino de forma dinâmica e rompa com o

ensino tradicional. Educar para a diversidade é educar para uma convivência democrática onde a solidariedade, a tolerância e a cooperação estão presentes e isso caracteriza as relações entre os alunos dentro e fora da sala de aula; trata-se de formar cidadãos capazes de valorizar e conviver com as diferenças pessoais, sociais e religiosas das pessoas ao seu redor.

Educar na diversidade requer “reconhecer a desigualdade inicial de oportunidades para diferentes pessoas e grupos sociais, ao mesmo tempo em que requer o reconhecimento de valores, normas, interesses e saberes invisíveis para a escola. Daí a necessidade de conseguir que valores como o respeito pelos outros, a partilha, a relativização dos próprios pontos de vista perante critérios assumidos democraticamente pelo grupo, o sentido de equidade, entre outros, se tornem fatores integrantes do próprio processo.” (Rué, 1998). Atender à diversidade dos alunos exige a realização de um projeto educacional e curricular do centro educacional, atendendo às diferenças individuais.

No entanto, embora o discurso teórico sobre a integração dos alunos com NEE tenha sido enriquecido, ainda há um longo caminho a percorrer. A integração não atendeu totalmente aos objetivos propostos, embora exista a possibilidade de os alunos com NEE serem incorporados ao sistema regular de ensino. Pelo contrário, em muitas ocasiões envolve práticas segregadoras que produzem sentimentos de inferioridade e baixa autoestima nos alunos com dificuldades de aprendizagem; dotado ou pertencente a um grupo social minoritário.

As características básicas que devem delinear o papel do centro educativo no processo de integração: a ideia de fundir a ação educativa em geral e a educação especial numa síntese unitária; e a implicação institucional do centro educativo no processo de inclusão. É necessário destacar aqui a importância dada à instituição escolar como promotora de mudanças, desde que haja um envolvimento e participação ativa e coletiva dos membros do centro educacional na busca de soluções institucionais (Escudero, 1991; 1992; 1994). Pensando a partir desta abordagem, postula-se a reconstrução da escola que muda os métodos e práticas implementadas de forma tradicional. Isso significa acomodar o ambiente a todos os alunos em todas as áreas curriculares, oferecendo os mesmos recursos e oportunidades de aprendizagem e socialização para todas as crianças no mesmo contexto escolar, em tempo integral (Wang, 1994) ou reconceituar e adaptar a organização escolar como um todo, como um todo que não pode ser abordado fragmentando suas partes (Gartner e Lipsky, 1987).

Esta realidade está fazendo com que muitos teóricos abandonem o conceito de integração devido às conotações negativas que adquiriu nos últimos anos e passem a utilizar o termo inclusão, cujo significado seria uma escola para todos, sem barreiras físicas ou mentais (Arnáiz, 1996; 1997; 2003). Com este novo mandato, pretende-se dar um passo além e apontar a necessidade de reestruturar a dinâmica de trabalho nos centros educativos e nas salas de aula, de forma a introduzir mudanças nos diferentes processos de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, esta nova concepção de educar na e para a diversidade estabelece que não deve ser considerada apenas a parte da deficiência, mas também a relação com o biológico que é fruto de outras variáveis como o meio físico, a situação social e os recursos disponíveis. Portanto, uma escola inclusiva tem que tentar desenvolver novas respostas didáticas para estimular e incentivar a participação de todos os alunos.

Considerando que com essa abordagem educacional todos se beneficiam, ou seja, as escolas inclusivas focam em desenvolver uma rede de apoio para todos os seus alunos, ao invés de selecionar categorias de estudo. Desta forma, a educação torna-se mais sensível e responde às diferenças individuais de cada aluno. Os recursos da escola podem ser utilizados para adequar o processo de ensino-aprendizagem e dar um grande suporte aos seus alunos.

Nas escolas inclusivas, nenhum aluno sai da sala de aula para receber apoio complementar ou suplementar, o que exige que os recursos estejam dentro da sala de aula e que os professores de apoio realizem um importante tarefa de coordenação com o professor regente; e fornece suporte educacional a todos os alunos, pois se concentra na construção da interdependência, respeito mútuo e responsabilidade dos alunos.

E, em segundo lugar, e em relação à sala de aula, será fundamental distribuir o tempo de acordo com os ritmos de aprendizagem dos alunos; formar equipes de acordo com os interesses; ritmos, andamento e diversificação do trabalho para atuação individual ou em grupo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Universidade do Estado do Amazonas (UFAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) e da Universidad Pedagógica Nacional “Francisco Morazán” (UPNFM). Tegucigalpa, Francisco Morazan (FM), Honduras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: MEC, 2008.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2016, vol.24, n.91, pp.359-379.

BREITENBACH, F. V. Propostas de Educação Inclusiva dos Institutos Federais do Estado do Rio Grande do Sul: alguns apontamentos. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

BUENO, J. G. S. Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais. 2006. Projeto de pesquisa. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao_exclusao_escolar.pdf>. Acesso em 01, dez. 2021.

BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF, CAPES, 2008. p. 43-63.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. A cruel pedagogia do vírus. Boitempo Editorial, 2020.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. Boitempo Editorial, 2021.

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações. Campinas: Ed. Autores Associados, 2000.